

RESUMO: Nas últimas décadas, as autoridades educacionais têm expendido esforços no sentido de combater um dos maiores problemas que aflige a educação básica no Brasil: a repetência escolar, cuja taxa encontra-se estacionada acima de 20% desde 1998. Diversas razões são alegadas para permanência desse problema, dentre as quais destaca-se a insuficiência de recursos financeiros destinados à mencionada etapa da educação. O presente artigo analisa em que medida o volume de recursos financeiros aplicados no Ensino Fundamental influencia o rendimento escolar correspondente, a partir da correlação das variáveis Custo Médio Aluno *versus* Taxa de Aprovação.

Palavras-Chave: Ensino Fundamental; Recursos financeiros; Rendimento escolar.

INTRODUÇÃO

Com a taxa de universalização do Ensino Fundamental no Brasil superando a casa dos 95%, o principal objetivo perseguido pelas autoridades educacionais a partir das últimas décadas passou a ser a qualidade do ensino dessa fase da educação básica, haja vista o sofrível rendimento escolar registrado a cada ano pelos estudantes brasileiros. A Taxa de Repetência, segundo os resultados das estatísticas educacionais divulgados pelo MEC/INEP, vem se mantendo acima de 20% desde 1998; os resultados da Prova Brasil² revelam que os estudantes da 4ª e 8ª série não dominam os conteúdos elementares das disciplinas Língua Portuguesa e Matemática e, nos testes internacionais promovidos pelo PISA³, o desempenho dos nossos estudantes coloca o Brasil nas últimas posições desse *ranking*.

Para mitigar esse quadro, as autoridades educacionais foram compelidas a desenvolver uma série de medidas, desde a implementação de políticas públicas

¹ Auditor do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Mestre em Gestão de Políticas Públicas.

² Avaliação de desempenho escolar promovido pelo MEC/INEP em que, alunos de 4ª e 8ª série do Ensino Fundamental, são submetidos a testes de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática.

³ Programa implementado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que tem como objetivo avaliar as habilidades e conhecimentos de jovens de 15 anos, visando aferir até que ponto os alunos próximos do término da educação obrigatória adquiriram conhecimentos e habilidades essenciais para a participação efetiva na sociedade.

destinadas a elevar a qualificação dos professores, até a expedição de normas legais estabelecendo a obrigatoriedade de aplicação de recursos financeiros na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme regramento contido no Art. 212 da Constituição da República, Lei nº 9.424/96 (Lei do FUNDEF) e Lei nº 11.494/07 (Lei do FUNDEB).

A consequência de todas essas medidas tem implicado na elevação do Custo Médio Aluno⁴. No período compreendido entre 2001 a 2006 esse custo apresentou um crescimento em torno de 18% nas séries iniciais e 49% nas séries finais, conforme se demonstra na Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução do Custo Médio Aluno – Ensino Fundamental – Brasil 2001 a 2006

Ano	Séries Iniciais (R\$)	Séries Finais (R\$)
2001	1.296,00	1.220,00
2002	1.220,00	1.424,00
2003	1.404,00	1.380,00
2004	1.496,00	1.481,00
2005	1.416,00	1.657,00
2006	1.533,00	1.825,00

Fonte: MEC/INEP

A despeito do esforço expendido em busca da melhoria da qualidade do ensino, ainda persistem, na rede pública, baixos níveis de rendimento escolar. Diversos estudos, dentre os quais se destaca o desenvolvido por Dourado e outros (2007), apontam uma série de fatores, tanto de natureza intra quanto extra-sala de aula, como influenciadores do rendimento escolar. Do elenco de fatores extra-sala de aula, sobressai, com frequência, a alegação de insuficiência de investimentos financeiros destinados a essa etapa educacional, conforme preconizado pelo Diretor Geral da UNESCO, Koichira Matsuura, na abertura do Relatório Global da Educação para Todos (EPT) 2009⁵.

Diante desse contexto, o objetivo precípua do presente trabalho constituiu-se em avaliar em que medida o volume de recursos financeiros aplicados no Ensino

⁴ O custo médio aluno-ano, segundo Resolução no 3/97 do Conselho Nacional de Educação é calculado com base nos recursos que integram o FUNDEF, aos quais é adicionado o equivalente a 15% dos demais impostos destinados ao ensino fundamental, tudo dividido pelo número de alunos do ensino fundamental regular dos respectivos sistemas de ensino.

⁵ Disponível em: <<http://www.opalc.org.br>>. Acesso em: 11 dez. 2008.

Fundamental em 2007 impactou o rendimento escolar dos alunos das Séries Iniciais (1^a a 4^a) da rede pública dos municípios do Estado de Rondônia.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para efeito deste estudo adotou-se o Custo Médio Aluno (CMA)⁶ como parâmetro indicador do volume de aplicação de recursos financeiros, uma vez que esse custo reflete o total de desembolso expendido por aluno, na manutenção e desenvolvimento do ensino em determinado ano. A Taxa de Aprovação, segundo o MEC/INEP⁷, representa o percentual de alunos aprovados em relação ao número de matrículas de determinada série.

Para avaliar a correlação existente entre as mencionadas variáveis foram adotadas as seguintes estratégias:

a) apuração do Custo Médio Aluno (CMA) e Taxa de Aprovação (TAp) registrados em 2007 pelos municípios do Estado de Rondônia, extraído-se, em seguida, as respectivas médias dessas variáveis;

b) identificação dos municípios que registraram em 2007 um Custo Médio Aluno (CMA) **acima** da média e apresentaram Taxa de Aprovação, tanto acima quanto abaixo da média municipal, conforme Tabelas 3 e 4;

c) identificação dos municípios que registraram em 2007 um Custo Médio Aluno (CMA) **abaixo** da média e apresentaram Taxa de aprovação tanto acima quanto abaixo da média municipal, consoante Tabelas 5 e 6.

RESULTADOS

Para atingir os mencionados objetivos, promoveu-se, inicialmente, o levantamento dos indicadores educacionais pertinentes (CMA, Taxa de Aprovação, IDEB, Taxa de Repetência) dos municípios dos Estado de Rondônia, cujo detalhamento se demonstra no Anexo 1.

⁶ Para efeito desse estudo, o CMA foi calculado sobre os recursos do FUNDEB, aos quais foram adicionados o equivalente a 15% dos demais impostos destinados a educação básica, dividido pelo número de alunos do ensino fundamental.

⁷ Glossário de Termos, variáveis e indicadores educacionais. Disponível em: <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>.

Custo Médio Aluno e Taxa de Aprovação – Médias registradas em 2007

Com base nas informações extraídas dos Processos de Prestação de Contas dos Municípios do Estado de Rondônia – exercício 2007, apurou-se que a média do Custo Médio Aluno, nesses municípios, ficou em torno de R\$ 2.307,00. A média da Taxa de Aprovação foi obtida através do resultado do IDEB e Prova Brasil divulgado pelo MEC/INEP, edição 2007, e ficou em torno de 83,4%.

Municípios que registraram Custo Médio Aluno e Taxa de Aprovação acima da média

Dentre os municípios avaliados, 23 registraram Custo Médio Aluno e Taxa de aprovação acima da média, ou seja, 44% do total dos municípios, em tese, estariam confirmando a existência de uma estreita relação entre o volume de recursos financeiros aplicados na educação e o rendimento escolar.

Importante realçar que mesmo dentre os municípios integrantes desse grupo a correlação Custo Médio Aluno *versus* Taxa de Aprovação não se mostrou absoluta, conforme se pode observar da ordem de classificação (Cl.) dessas variáveis na Tabela 2.

Tabela 2 – Custo Médio Aluno e Taxa de Aprovação acima da média

CUSTO MÉDIO ALUNO			TAXA DE APROVAÇÃO		
Cl.	Municípios	Valor (R\$)	Cl.	Municípios	(%)
1	Pimenteiras do Oeste	4.206,13	19	Pimenteiras do Oeste	86,0
2	Parecis	3.163,08	23	Parecis	85,4
3	Santa Luzia do Oeste	2.993,85	25	Santa Luzia do Oeste	84,7
5	Primavera de Rondônia	2.897,99	2	Primavera de Rondônia	92,0
6	Castanheiras	2.893,69	30	Castanheiras	83,5
7	Colorado do Oeste	2.804,59	29	Colorado do Oeste	83,9
8	Chupinguaia	2.731,06	8	Chupinguaia	89,6
9	Presidente Médici	2.545,63	16	Presidente Médici	86,8
10	Ji-Paraná	2.541,17	4	Ji-Paraná	91,1
11	São Felipe do Oeste	2.533,88	27	São Felipe do Oeste	84,4
13	Teixeirópolis	2.487,19	20	Teixeirópolis	85,8
14	Costa Marques	2.482,29	28	Costa Marques	84,2
15	Espigão do Oeste	2.471,10	7	Espigão do Oeste	89,7
16	São Fco. do Guaporé	2.458,88	15	São Miguel do Guaporé	86,9
17	Urupá	2.433,58	31	Urupá	83,4
18	Corumbiara	2.384,29	28	Corumbiara	86,1
19	Vale do Paraíso	2.373,42	19	Vale do Paraíso	86,0
20	Monte Negro	2.372,36	23	Monte Negro	85,4
22	Rolim de Moura	2.357,05	3	Rolim de Moura	91,7
23	Seringueiras	2.356,37	9	Seringueiras	88,9
24	Nova Brasilândia	2.346,54	14	Nova Brasilândia	87,4
26	Alta Floresta do Oeste	2.316,94	24	Alta Floresta do Oeste	85,3
27	Porto Velho	2.310,52	26	Porto Velho	84,6

Fonte: Processos de Prestação de Contas Municipais, 2007; Censo Escolar, 2007 (MEC/INEP)

Por exemplo, os municípios de Pimenteiras do Oeste e Alto Parecis, detentores dos maiores custos (CMA), R\$ 4.206,13 e R\$ 3.163,08, respectivamente, obtiveram, apenas a 19ª e 23ª posição em termos de Taxa de Aprovação. De outro lado, os municípios de Rolim de Moura e Seringueiras destacam-se nesse grupo com um Custo Médio Aluno classificado na 22ª e 23ª posição, e, no entanto, ocupam a 3ª e 9ª posição no *ranking* de Taxa de Aprovação.

Importante realçar que o elevado valor do Custo Médio Aluno registrado pelos municípios de Pimenteiras do Oeste e Alto Parecis sinaliza para a possibilidade de apropriação de despesas estranhas à educação que findaram por alterar a composição dos custos em questão.

Dentre os dez municípios que registraram os maiores custos (CMA), apenas Primavera de Rondônia, Ji-Paraná e Chupinguaia conseguiram se posicionar no grupo dos dez municípios com maior Taxa de Aprovação. Em contrapartida, os municípios de Rolim de Moura, Espigão do Oeste e Seringueiras, mesmo não estando inseridos dentre os dez municípios com maior CMA, lograram posição entre os dez municípios com maior Taxa de Aprovação. Merecem destaque nesse grupo, Espigão do Oeste e Ji-Paraná que obtiveram as duas mais altas pontuações de IDEB, 4,3 e 4,2, respectivamente.

Municípios que registraram Custo Médio Aluno acima da média e Taxa de Aprovação abaixo da média

Os municípios detentores de um Custo Médio Aluno acima da média e baixa Taxa de Aprovação, conforme Tabela 3, se constituem na negação da correlação **Custo Médio Aluno versus Taxa de Aprovação**, ou seja, despendem significativo volume de recursos em seus sistemas de ensino e não conseguem obter Taxas de Aprovação compatíveis.

Os sistemas de ensino desses municípios precisam ser submetidos a uma criteriosa avaliação do ponto de vista operacional, objetivando identificar os fatores que podem estar contribuindo para o fraco desempenho do alunado correspondente. O problema tanto pode ser de ordem estrutural (qualificação de professores, infra-estrutura da rede de ensino, etc.), quanto de ineficiência na aplicação dos recursos financeiros.

Tabela 3 – Custo Médio Aluno acima da média e Taxa de Aprovação abaixo da média

CUSTO MÉDIO ALUNO			TAXA DE APROVAÇÃO		
CL.	Municípios	Valor (R\$)	CL.	Municípios	(%)
4	Theobroma	2.885,86	35	Theobroma	82,2
12	Rio Crespo	2.529,83	47	Rio Crespo	72,5
21	Gov. Jorge Teixeira	2.359,55	37	Gov. Jorge Teixeira	80,4
25	Jaru	2.343,38	38	Jaru	79,9

Fonte: Processos de Prestação de Contas Municipais, 2007; Censo Escolar, 2007 (MEC/INEP)

Nesse grupo, observa-se que a distorção mais grave ocorre nos municípios de Theobroma e Rio Crespo. Embora detentores de razoável Custo Médio Aluno (4º e 12º lugar no *ranking*), esses municípios obtiveram apenas a 35ª e 47ª posição em termos de Taxa de Aprovação. Independentemente de outras investigações, a primeira providência que se impõe em relação a esses quatro municípios é certificar, quando da realização de auditorias na área da educação, a fidedignidade do valor do Custo Médio Aluno, haja vista a possibilidade desses valores estarem contaminados com despesas estranhas à educação.

Municípios que registraram Custo Médio Aluno e Taxa de Aprovação abaixo da média

O fraco desempenho escolar dos municípios enquadrados na condição em epígrafe pode estar associado à insuficiência de recursos destinados à educação (Ensino Fundamental). Conforme se pode observar a partir da Tabela 4, todos operaram com um Custo Médio Aluno abaixo da média da rede municipal.

Tabela 4 – Custo Médio Aluno e Taxa de Aprovação abaixo da média

CUSTO MÉDIO ALUNO			TAXA DE APROVAÇÃO		
Cl.	Municípios	Valor (R\$)	Cl.	Municípios	%
29	Candeias do Jamari	2.305,41	42	Candeias do Jamari	76,1
30	Mirante da Serra	2.257,92	35	Mirante da Serra	82,2
37	Alto Paraíso	2.168,36	32	Alto Paraíso	83,2
40	Vale do Anari	2.048,95	34	Vale do Anari	82,7
41	Alto Alegre dos Parecis	2.023,09	25	Alto Alegre dos Parecis	83,2
42	Buritis	2.019,52	36	Buritis	82,1
43	Itapuã D'Oeste	1.965,85	45	Itapuã D'Oeste	73,8
44	Campo Novo	1.906,84	44	Campo Novo	74,2
45	Machadinho D'Oeste	1.895,39	39	Machadinho D'Oeste	79,2
47	Nova Mamoré	1.861,98	42	Candeias do Jamari	76,1
49	Ouro Preto D'Oeste	1.794,82	33	Ouro Preto D'Oeste	82,9
50	Nova União	1.783,02	40	Nova União	79,1
51	Cujubim	1.699,48	46	Cujubim	73,2
52	Guajará-Mirim	1.630,83	41	Guajará-Mirim	78,7

Fonte: Processos de Prestação de Contas Municipais, 2007; Censo Escolar, 2007 (MEC/INEP)

De uma certa forma, esses municípios, em tese, estariam confirmando, também, a existência de uma estreita relação entre as variáveis: Custo Médio Aluno (CMA) *versus* Taxa de Aprovação, ou seja, por aplicarem recursos abaixo da média, obtiveram, como contrapartida, Taxa de Aprovação abaixo da média. Nesse caso, tem-se ainda a expectativa de que, elevando-se os investimentos na área educacional, recupera-se a qualidade do ensino desses municípios.

Municípios que registraram Custo Médio Aluno abaixo da média e Taxa de Aprovação acima da média

Nos termos do presente estudo, os municípios inseridos nesse grupo merecem especial destaque pela demonstração de eficiência na aplicação de recursos educacionais, uma vez que mesmo operando com Custo Médio Aluno (CMA) abaixo da média, obtiveram Taxa de Aprovação acima da média registrada pela rede municipal de Rondônia. Dentre os integrantes desse grupo, destacam-se os municípios de Cacoal, Novo Horizonte do Oeste e Cabixi, por registrarem uma Taxa de Aprovação acima de 90%, algo incomum no âmbito da rede pública de ensino para essa etapa da educação básica, conforme assinalado na Tabela 5.

Tabela 5 - Custo Médio Aluno abaixo da média e Taxa de Aprovação acima da média

CUSTO MÉDIO ALUNO			TAXA DE APROVAÇÃO		
Cl.	Municípios	R\$	Cl.	Municípios	%
28	Cacoal	2.306,53	1	Cacoal	92,6
31	Alvorada do Oeste	2.243,62	6	Alvorada do Oeste	89,8
32	Ministro Andreazza	2.221,01	22	Ministro Andreazza	85,6
33	Vilhena	2.213,77	10	Vilhena	88,4
34	Pimenta Bueno	2.202,81	13	Pimenta Bueno	87,9
36	Novo Horizonte do Oeste	2.180,89	5	Novo Horizonte do Oeste	91,0
38	Cacaulândia	2.152,64	17	Cacaulândia	86,4
39	Cerejeiras	2.121,14	11	Cerejeiras	88,0
41	Parecis	2.023,09	21	Parecis	85,4
46	Ariquemes	1.888,36	16	Ariquemes	86,8
48	Cabixi	1.810,61	5	Cabixi	91,0

Fonte: Processos de Prestação de Contas Municipais, 2007; Censo Escolar, 2007 (MEC/INEP)

Necessário realçar que dependendo dos critérios de avaliação escolar adotados por determinado sistema de ensino, a Taxa de Aprovação pode se mostrar mais elevada em face de uma possível flexibilização na aplicação desses critérios.

Para evitar essa distorção o MEC/INEP instituiu recentemente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que conjuga a Taxa de Aprovação com as médias de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, obtidas através da Prova Brasil. Esse indicador, em tese, certifica se os alunos aprovados, efetivamente, dominam os conteúdos mínimos dessas disciplinas.

Diante desse contexto, comparou-se a Taxa de Aprovação obtida pelos municípios destacados na Tabela 5 com a respectiva pontuação obtida no IDEB, a fim de testar a consistência da performance desses municípios consoante se demonstra na Tabela 6.

Tabela 6 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica X Taxa de Aprovação

I D E B			TAXA DE APROVAÇÃO		
Cl.	Municípios	Valor	Cl.	Municípios	%
1º	Cacoal	4,3	1º	Cacoal	92,6
5º	Cerejeiras	4,1	12º	Cerejeiras	88,0
18º	Vilhena	3,9	11º	Vilhena	88,4
14º	Alto Alegre dos Parecis	3,9	24º	Alto Alegre dos Parecis	85,7
15º	Cabixi	3,9	5º	Cabixi	91,0
16º	Pimenta Bueno	3,9	13º	Pimenta Bueno	87,9
23º	Ariquemes	3,7	17º	Ariquemes	86,8
33º	Ministro Andreazza	3,5	25º	Ministro Andreazza	85,6
31º	Cacaulândia	3,5	19º	Cacaulândia	86,4
41º	Alvorada D'Oeste	3,2	7º	Alvorada D'Oeste	89,8
*	Novo Horizonte D'Oeste	*	6º	Novo Horizonte D'Oeste	91

Fonte: Processos de Prestação de Contas Municipais, 2007; Censo Escolar, 2007 (MEC/INEP)

* Município não participou da Prova Brasil

Considerando que a média do IDEB registrada pela rede municipal em 2007 ficou em torno de **3,6**, verifica-se a partir da Tabela 6, que dentre os mencionados municípios, apenas Ministro Andreazza, Cacaulândia e Alvorada D'Oeste, não alcançaram a média do IDEB. Os demais, de uma certa forma, mantiveram-se próximos da performance obtida no *ranking* da Taxa de Aprovação, com destaque para Cacoal, detentor da maior Taxa de Aprovação e maior IDEB.

Quanto às séries finais verifica-se que a situação é mais grave. A média da Taxa de Aprovação ficou em apenas 78,4%, apontando para uma Repetência de 21,6%. Os resultados dessa etapa, conforme Tabelas constantes dos Anexos 2 a 6, revelam que:

- a) 19 municípios obtiveram Taxa de Aprovação acima da média operando com um Custo Médio Aluno, também acima da média.

- b) 9 municípios registraram Taxa de Aprovação acima da média, operando com um Custo Médio Aluno abaixo da média, revelando um excepcional desempenho em termos de eficiência na aplicação de recursos educacionais.
- c) 13 municípios registraram Taxa de Aprovação e Custo Médio Aluno abaixo da média.
- d) 8 municípios registraram Taxa de Aprovação abaixo da média, mesmo operando com um Custo Médio Aluno acima da média, fato que caracteriza um precário desempenho dos respectivos sistemas de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, a maioria dos estudos direcionados para questões relacionadas com avaliação de políticas públicas educacionais pretende investigar o impacto dessas políticas na qualidade do ensino correspondente.

No caso da educação básica, em especial, no Ensino Fundamental, o principal problema enfrentado e não resolvido pelas autoridades educacionais reside na repetência escolar, cujas conseqüências têm gerado aos cofres públicos do Brasil enormes prejuízos financeiros. Segundo Araújo (2006), nas duas primeiras séries do Ensino Fundamental no Brasil, o fenômeno implica gastos de dois bilhões de reais por ano. A taxa total de repetência dessa fase de ensino representa um custo anual da ordem de seis bilhões de reais.

No âmbito da América Latina o Brasil registrou em 2006 a segunda maior taxa de repetência escolar (18,7%), sendo que a média dessa região ficou em torno de 6,4%, e nos países do Caribe a taxa foi de apenas 2,9%, conforme divulgado pelo Observatório de Políticas Públicas da América Latina e Caribe (OPALC)⁸.

Nos municípios do Estado de Rondônia, em 2007, nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental, estima-se que o prejuízo em decorrência da repetência escolar tenha ficado acima de 45 milhões de reais⁹.

Não bastasse o prejuízo financeiro, a repetência escolar afeta socialmente o aluno que, além de perder o convívio com os colegas, passa a carregar também a pecha de repetente, conforme preconizado pelo Professor da Faculdade de Educação da

⁸ Disponível em: <http://www.opalc.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=2085%20->>. Acesso em: 11 dez. 2008.

⁹ O valor do prejuízo foi obtido mediante o produto do Custo Médio Aluno Ano pelo total de alunos não aprovados.

Universidade de São Paulo (USP), Ocimar Munhoz Alavarse. Do ponto de vista do aprendizado a repetência não produz o efeito desejado. Na visão de Sèrgio Haddad, coordenador-geral da ONG Ação Educativa, “o aluno repetente tem de refazer o mesmo ano, no mesmo formato. A chance de ele aprender é pequena”.

Por tudo até aqui apresentado, imperativo retornar ao pondo de partida em que se pretendeu avaliar em que medida o volume de investimentos direcionados à educação influencia o rendimento escolar correspondente. O estudo ora apresentado revelou que ainda carece de consistência a alegação de que a falta de investimentos (recursos financeiros) se constitui em dos principais fatores responsáveis pela baixa qualidade do ensino fundamental.

Comprovou-se a existência de municípios que operaram com um Custo Médio Aluno abaixo da média e obtiveram Taxas de Aprovação acima da média, revelando que a questão pode estar muito mais associada à qualidade da aplicação de recursos do que ao volume de recursos destinados à educação.

De outro lado, retratando a negação da correlação em pauta foram identificados municípios que a despeito de operarem com um Custo Médio Aluno acima da média registraram, como contrapartida, Taxa de Aprovação abaixo da média.

Diante de todas essas contradições é imperativo que se reveja o processo de avaliação dos sistemas de ensino de toda a Educação Básica brasileira.

Importante ressaltar que o Ensino Fundamental, do ponto de vista do ciclo orçamentário no Brasil, se constitui em um programa de governo, e como tal, deve ser avaliado dentro dos parâmetros estabelecidos pelas normas que norteiam a avaliação de programas governamentais, em especial, quanto à eficiência, eficácia e efetividade. Essa avaliação é materializada por meio de auditorias operacionais¹⁰, e, segundo mandamentos constitucionais, deverá ser realizada pelos sistemas de controle da administração pública, que tem como alicerces o controle externo (realizado com auxílio dos Tribunais de Contas) e o controle interno realizado pela própria administração, no caso, municipal¹¹.

¹⁰ Processo de coleta sistemática de informações sobre as ações, as características e os resultados de um programa para determinar o valor, a qualidade, utilidade, efetividade ou importância do programa que está sendo avaliado em relação aos critérios estabelecidos (Tribunal de Contas da União - TCU. Manual de Auditoria Operacional – Brasília, 2000).

¹¹ Artigos 71, IV e 74, I e II da Constituição da República.

Finalmente, espera-se que esse trabalho possa, de alguma forma, subsidiar as autoridades educacionais, Tribunal de Contas e Controle Interno municipal na condução e avaliação dos sistemas educacionais no Estado de Rondônia, com o objetivo de melhorar a qualidade do Ensino Fundamental, a partir da elevação do rendimento escolar correspondente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Henrique. Educação: uma aposta no futuro. 2006. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br>>. Acesso em: 16 de out. 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do ato das disposições constitucionais transitórias, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 dez. 1996.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

DOURADO (Coord.), OLIVEIRA; SANTOS, **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos>>. Acesso em: 02 jul. 2007.

MEC/INEP. Glossário de Termos, Variáveis e Indicadores Educacionais. 2006. Disponível em: <<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2008.

MEC/INEP. **Resultados da Prova Brasil 2007**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 23 Nov. 2008.

OPALC. **Relatório da Unesco mostra deficiências na educação**. <http://www.opalc.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=2085%20->. Acesso em: 11 dez. 2008.

TCU. 2000. **Manual de Auditoria Operacional**, Brasília.

ANEXO 1 – Séries Iniciais

Indicadores Educacionais das **Séries Iniciais** do Ensino Fundamental da rede pública dos Municípios de Rondônia 2007

Municípios	CMAA (R\$ mil)	Taxa de Aprovação	IDEB	Taxa de Repetência		Prejuízo (R\$ mil)
				(%)	Quantidade	
Alta Floresta do Oeste	2.316,94	85,3	-	14,7	226	523.628,44
Alto Alegre dos Parecis	2.023,09	83,2	3,9	14,3	184	372.248,56
Alto Paraíso	2.168,36	89,8	-	16,8	246	533.416,56
Alvorada D'Oeste	2.243,62	86,8	3,2	10,2	144	323.081,28
Ariquemes	1.888,36	86,8	3,7	13,2	994	1.877.029,84
Buritis	2.019,52	82,1	-	17,9	553	1.116.794,56
Cabixi	1.810,61	91,0	3,9	9,0	44	79.666,84
Cacaulândia	2.152,64	86,4	3,5	13,6	95	204.500,80
Cacoal	2.306,53	92,6	4,3	7,4	315	726.556,95
Campo Novo	1.906,84	74,2	3,3	25,8	305	581.586,20
Candeias do Jamari	2.305,41	76,1	3,6	23,9	339	781.533,99
Castanheiras	2.893,69	83,5	-	16,5	60	173.621,40
Cerejeiras	2.121,14	88,0	4,1	12,0	90	190.902,60
Chupinguaia	2.731,06	89,6	4,0	10,4	77	210.291,62
Colorado do Oeste	2.804,59	83,9	-	16,1	92	258.022,28
Corumbiara	2.384,29	86,1	4,1	13,9	79	188.358,91
Costa Marques	2.482,29	84,2	3,8	15,8	225	558.515,25
Cujubim	1.699,48	73,2	2,9	26,8	381	647.501,88
Espigão D'Oeste	2.471,10	89,7	4,3	10,3	153	378.078,30
Gov. Jorge Teixeira	2.359,55	80,4	3,5	19,6	204	481.348,20
Guajará-Mirim	1.630,83	78,7	3,8	21,3	602	981.759,66
Itapuã D'Oeste	1.965,85	73,8	3,0	26,2	319	627.106,15
Jaru	2.343,38	79,9	3,7	20,1	686	1.607.558,68
Ji-Paraná	2.541,17	91,1	4,2	8,9	268	681.033,56
Machadinho D'Oeste	1.895,39	79,2	3,6	20,8	707	1.340.040,73
Ministro Andreazza	2.221,01	85,6	3,5	14,4	138	306.499,38
Mirante da Serra	2.257,92	82,2	3,7	17,8	230	519.321,60
Monte Negro	2.372,36	85,4	3,7	14,6	198	469.727,28
Nova Brasilândia	2.346,54	87,4	4,2	12,6	184	431.763,36
Nova Mamoré	1.861,98	74,6	3,4	25,4	537	999.883,26
Nova União	1.783,02	79,1	3,5	20,9	189	336.990,78
Novo Horizonte D'Oeste	2.180,89	91,0	-	9,0	53	115.587,17
Ouro Preto D'Oeste	1.794,82	82,9	3,2	17,1	336	603.059,52
Parecis	3.163,08	85,4	3,4	14,6	57	180.295,56
Pimenta Bueno	2.202,81	87,9	3,9	12,1	219	482.415,39
Pimenteiras D'Oeste	4.206,13	86,0	3,3	14,0	40	168.245,20
Porto Velho	2.310,52	84,6	3,8	15,4	3536	8.169.998,72
Presidente Médici	2.545,63	86,8	4,0	13,2	118	300.384,34
Primavera de Rondônia	2.897,99	92,0	3,7	8,0	35	101.429,65
Rio Crespo	2.529,83	72,5	2,8	27,5	90	227.684,70
Rolim de Moura	2.357,05	91,7	4,0	8,3	153	360.628,65
Santa Luzia D'Oeste	2.993,85	84,7	4,0	15,3	48	143.704,80
São Felipe D'Oeste	2.533,88	84,4	3,3	15,6	78	197.642,64
São Fco. do Guaporé	2.458,88	87,6	3,6	12,4	174	427.845,12
São Miguel do Guaporé	2.199,74	86,9	4,0	13,1	211	464.145,14
Seringueiras	2.356,37	88,9	4,1	11,1	154	362.880,98
Teixeirópolis	2.487,19	85,8	3,9	14,2	59	146.744,21
Theobroma	2.885,86	82,2	-	17,8	227	655.090,22
Urupá	2.433,58	83,4	4,1	16,6	200	486.716,00
Vale do Anari	2.048,95	82,7	3,5	17,3	173	354.468,35
Vale do Paraíso	2.373,42	86,0	3,8	14,0	134	318.038,28
Vilhena	2.213,77	88,4	3,9	11,6	429	949.707,33
TOTAL					15.388	33.725.080,87

Fonte: Processos de Prestação de Contas Municipais, 2007; Censo Escolar, 2007 (MEC/INEP)

ANEXO 2 – Séries Finais

Tabela 1 - Indicadores Educacionais das **Séries Finais** do Ensino Fundamental da rede pública dos Municípios de Rondônia – 2007

Municípios	CMAA (R\$ mil)	Taxa de Aprovação	IDEB	Taxa de Repetência		Prejuízo (R\$ mil)
				(%)	Quantidade	
Alta Floresta do Oeste	2.316,94	78,6	-	21,4	255	303.450,00
Alto Alegre dos Parecis	2.023,09	78,4	3,1	21,6	202	189.274,00
Alto Paraíso	2.168,36	77,5	2,8	22,5	227	229.043,00
Alvorada D'Oeste	2.243,62	90,1	3,6	9,9	85	72.845,00
Ariquemes	1.888,36	78,3	3,3	21,7	874	3.519.598,00
Buritis	2.019,52	75,7	-	24,3	266	291.004,00
Cabixi	1.810,61	-	-	-	-	-
Cacaulândia	2.152,64	88,1	-	11,9	22	4.114,00
Cacoal	2.306,53	88,1	3,9	11,9	244	499.712,00
Campo Novo	1.906,84	69,2	3,1	30,8	187	113.509,00
Candeias do Jamari	2.305,41	41,4	1,8	58,6	165	46.365,00
Castanheiras	2.893,69	83,6	-	16,4	39	9.204,00
Cerejeiras	2.121,14	80,8	3,7	19,2	89	41.118,00
Chupinguaia	2.731,06	81,2	-	18,8	89	42.275,00
Colorado do Oeste	2.804,59	92,1	-	7,9	41	21.238,00
Corumbiara	2.384,29	88,6	-	11,4	45	17.640,00
Costa Marques	2.482,29	77,6	-	22,4	110	54.010,00
Cujubim	1.699,48	62,3	3,0	37,7	264	185.064,00
Espigão D'Oeste	2.471,10	77,1	3,9	22,9	186	151.404,00
Gov. Jorge Teixeira	2.359,55	70,0	-	30	220	161.480,00
Guajará-Mirim	1.630,83	89,3	-	10,7	8	616,00
Itapuã D'Oeste	1.965,85	55,6	-	44,4	87	17.139,00
Jaru	2.343,38	84,4	3,3	15,6	275	484.000,00
Ji-Paraná	2.541,17	85,4	-	14,6	161	177.744,00
Machadinho D'Oeste	1.895,39	73,5	3,5	26,5	434	711.326,00
Ministro Andreazza	2.221,01	75,8	3,2	24,2	215	190.920,00
Mirante da Serra	2.257,92	81,2	-	18,8	50	13.400,00
Monte Negro	2.372,36	81,3	3,4	18,7	246	322.998,00
Nova Brasilândia	2.346,54	77,9	3,6	22,1	268	324.816,00
Nova Mamoré	1.861,98	62,5	-	37,5	305	248.270,00
Nova União	1.783,02	68,4	2,9	31,6	204	131.580,00
Novo Horizonte D'Oeste	2.180,89	84,9	-	15,1	67	29.681,00
Ouro Preto D'Oeste	1.794,82	69,2	3,5	30,8	341	377.828,00
Parecis	3.163,08	85,4	3,3	14,6	28	5.404,00
Pimenta Bueno	2.202,81	79,6	-	2,4	7	1.953,00
Pimenteiras D'Oeste	4.206,13	-	-	-	-	-
Porto Velho	2.310,52	70,9	3,2	29,1	1213	5.055.784,00
Presidente Médici	2.545,63	78,3	4,0	21,7	163	122.739,00
Primavera de Rondônia	2.897,99	-	-	-	-	-
Rio Crespo	2.529,83	85,7	-	14,3	15	1.575,00
Rolim de Moura	2.357,05	83,9	3,5	16,1	158	155.472,00
Santa Luzia D'Oeste	2.993,85	59,1	2,7	40,9	105	26.985,00
São Felipe D'Oeste	2.533,88	87,2	4,2	12,8	42	13.860,00
São Fco. do Guaporé	2.458,88	85,5	3,6	14,5	121	101.156,00
São Miguel do Guaporé	2.199,74	92,5	4,2	7,5	102	138.312,00
Seringueiras	2.356,37	87,0	-	13	103	81.370,00
Teixeirópolis	2.487,19	81,3	3,7	18,7	66	23.364,00
Theobroma	2.885,86	83,6	-	16,4	150	137.100,00
Urupá	2.433,58	82,9	-	17,1	123	88.314,00
Vale do Anari	2.048,95	75,1	3,8	24,9	152	93.024,00
Vale do Paraíso	2.373,42	80,2	3,6	19,8	121	73.810,00
Vilhena	2.213,77	77,6	3,5	22,4	533	1.267.474,00
TOTAL					9.473	16.370.361,00

Fonte: Processos de Prestação de Contas Municipais, 2007; Censo Escolar, 2007 (MEC/INEP)

ANEXO 3 – Séries Finais

Tabela 2 – Custo Médio Aluno e Taxa de Aprovação acima da média
Séries Finais (19 Municípios)

CUSTO MÉDIO ALUNO			TAXA DE APROVAÇÃO		
CL.	Municípios	Valor (R\$)	CL.	Municípios	(%)
2º	Parecis	3.163,08	13º	Parecis	85,4
5º	Castanheiras	2.893,69	17º	Castanheiras	83,6
6º	Theobroma	2.885,86	18º	Theobroma	83,6
7º	Colorado do Oeste	2.804,59	2º	Colorado do Oeste	92,1
8º	Chupinguaia	2.731,06	22º	Chupinguaia	81,2
10º	Ji-Paraná	2.541,17	12º	Ji-Paraná	85,4
11º	São Felipe D'Oeste	2.533,88	8º	São Felipe D'Oeste	87,2
12º	Rio Crespo	2.529,83	10º	Rio Crespo	85,7
13º	Teixeirópolis	2.487,19	21º	Teixeirópolis	81,3
16º	São Fco. do Guaporé	2.458,88	11º	São Fco. do Guaporé	85,5
17º	Urupá	2.433,58	19º	Urupá	82,9
18º	Corumbiara	2.384,29	5º	Corumbiara	88,6
19º	Vale do Paraíso	2.373,42	25º	Vale do Paraíso	80,2
20º	Monte Negro	2.372,36	20º	Monte Negro	81,3
22º	Rolim de Moura	2.357,05	16º	Rolim de Moura	83,9
23º	Seringueiras	2.356,37	9º	Seringueiras	87,0
25º	Jaru	2.343,38	15º	Jaru	84,4
26º	Alta Floresta D'Oeste	2.316,94	27º	Alta Floresta D' Oeste	78,6
28º	Cacoal	2.306,53	7º	Cacoal	88,1

Fonte: Processos de Prestação de Contas Municipais, 2007; Censo Escolar, 2007 (MEC/INEP)

ANEXO 4 – Séries Finais

Tabela 3 – Custo Médio Aluno acima da média e Taxa de Aprovação abaixo da média Séries Finais (08 Municípios)

CUSTO MÉDIO ALUNO			TAXA DE APROVAÇÃO		
CL.	Municípios	Valor (R\$)	CL.	Municípios	(%)
3º	Santa Luzia D'Oeste	2.993,85	47º	Santa Luzia D'Oeste	59,1
9º	Presidente Médici	2.545,63	30º	Presidente Médici	78,3
14º	Costa Marques	2.482,29	32º	Costa Marques	77,6
15º	Espigão D'Oeste	2.471,10	35	Espigão D'Oeste	77,1
21º	Gov. Jorge Teixeira	2.359,55	41	Gov. Jorge Teixeira	70,0
24º	Nova Brasilândia	2.346,54	31º	Nova Brasilândia	77,9
27º	Porto Velho	2.310,52	40	Porto Velho	70,9
50º	Nova União	1.783,02	44º	Nova União	68,4

Fonte: Processos de Prestação de Contas Municipais, 2007; Censo Escolar, 2007 (MEC/INEP)

ANEXO 5 – Séries Finais

Tabela 4 – Custo Médio Aluno e Taxa de Aprovação abaixo da média
Séries Finais (13 Municípios)

CUSTO MÉDIO ALUNO			TAXA DE APROVAÇÃO		
CL.	Municípios	Valor (R\$)	CL.	Municípios	%
29º	Candeias do Jamari	2.305,41	49º	Candeias do Jamari	41,4
32º	Ministro Andreazza	2.221,01	36º	Ministro Andreazza	75,8
33º	Vilhena	2.213,77	33º	Vilhena	77,6
37º	Alto Paraíso	2.168,36	34º	Alto Paraíso	77,5
40º	Vale do Anari	2.048,95	38º	Vale do Anari	75,1
42º	Buritis	2.019,52	37º	Buritis	75,7
43º	Itapuã D'Oeste	1.965,85	48º	Itapuã D'Oeste	55,6
44º	Campo Novo	1.906,84	42º	Campo Novo	69,2
45º	Machadinho D'Oeste	1.895,39	39º	Machadinho D'Oeste	73,5
46º	Ariquemes	1.888,36	29º	Ariquemes	78,3
47º	Nova Mamoré	1.861,98	45º	Nova Mamoré	62,5
49º	Ouro Preto D'Oeste	1.794,82	43º	Ouro Preto D'Oeste	69,2
51º	Cujubim	1.699,48	46º	Cujubim	62,3

Fonte: Processos de Prestação de Contas Municipais, 2007; Censo Escolar, 2007 (MEC/INEP)

ANEXO 6 – Séries Finais

Tabela 5 - Custo Médio Aluno abaixo da média e Taxa de Aprovação acima da média

Séries Finais (09 Municípios)

CUSTO MÉDIO ALUNO			TAXA DE APROVAÇÃO		
Cl.	Municípios	R\$	Cl.	Municípios	%
30º	Mirante da Serra	2.257,92	23º	Mirante da Serra	81,2
31º	Alvorada D'Oeste	2.243,62	3º	Alvorada D'Oeste	90,1
34º	Pimenta Bueno	2.202,81	26º	Pimenta Bueno	79,6
35º	São Miguel do Guaporé	2.199,74	1º	São Miguel do Guaporé	92,5
36º	Novo Horizonte D'Oeste	2.180,89	14º	Novo Horizonte D'Oeste	84,9
38º	Cacaulândia	2.152,64	6º	Cacaulândia	88,1
39º	Cerejeiras	2.121,14	24º	Cerejeiras	80,8
41º	Alto Alegre dos Parecis	2.023,09	28º	Alto Alegre dos Parecis	78,4
52º	Guajará-Mirim	1.630,83	4º	Guajará-Mirim	89,3

Fonte: Processos de Prestação de Contas Municipais, 2007; Censo Escolar, 2007 (MEC/INEP)